

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº004/2024
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP (Lei Complementar nº123/2006)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA**, inscrito no CNPJ sob o nº. 75.771.287/0001-52, sito a Avenida Canadá, nº 320, centro, Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Licitação, torna público que, realizará DISPENSA ELETRONICA , nos termos Artigo nº 75, inciso I da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 002/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir

1. DO PROCESSAMENTO:

- **Data Limite de recebimento de propostas:** 12/04/2024 às 08:00horas
- **Data de início de lances:** 12/04/2024 às 08:30 horas
- **Data de encerramento de lances:** 12/04/2024 às 14:30 horas
- **Endereço eletrônico:** www.bnc.org.br

2. DO OBJETO:

2.1. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA.

2.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 2.2.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 2.2.2 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
- 2.2.3 ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA.
- 2.2.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP;
- 2.2.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO
- 2.2.6 ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LEI Nº 13.709/2018.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Cambira, exercício de 2024, sendo:

03.001.04.122.003.2.010.3.3.90.40.00.0 – 0100 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- PESSOA JURIDICA

4. DO VALOR ESTIMADO:

3.1.O valor total estimado para contratação será de R\$ 23.243,33 (vinte e três mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos).

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. A presente **DISPENSA ELETRONICA** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS**

ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser incluídos no Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema do Banco Nacional de Compras (BNC), disponível no endereço eletrônico www.bnc.org.br.

6. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica supracitado, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, declarar, em campo próprio do sistema, as seguintes informações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- 6.1.1. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 6.1.2. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- 6.1.3. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- 6.1.4. A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 6.1.5. O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;
- 6.1.6. O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. FASE DE LANCES

7.1. A partir das 08:30 horas da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

7.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto e com 1 minuto com relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

8.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta readequada ao último lance ofertado, e se necessário, será solicitado também o envio de documentos complementares.

8.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- 8.5.3. Permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:
- 8.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas Provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que se comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- 8.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.
- 9. HABILITAÇÃO**
- 9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no Termo de Referência do Edital de Dispensa Eletrônica e será solicitado do fornecedor declarado vencedor da fase de lances.
- 9.2 As entregas dos documentos no sistema deverão ser no prazo máximo 02 horas.
- 9.3. O servidor responsável pela Dispensa Eletrônica reserva-se no direito de solicitar dos interessados, em qualquer tempo, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, podendo, inclusive, solicitar o envio físico dos documentos apresentados digitalmente, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 9.4 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Dispensa Eletrônica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

9.5 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.5.1. Neste caso a empresa de proposta subsequente terá também prazo de 2 horas para apresentação dos documentos de habilitação e catálogos/bulas.

9.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome do interessado, com o número do CNPJ, inscrição estadual (se houver) e respectivo endereço, referindo-se ao local da sede do interessado. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial.

9.7. Quanto as certidões exigidas para habilitação, não havendo validade expressa, os mesmos deverão ser expedidos com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas da presente Dispensa Eletrônica.

9.8. Em todos os casos das Certidões solicitadas nos subitens acima, sempre serão aceitas Certidões Positiva com efeitos de Negativa.

9.9. Para efeito de concessão de tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 12.437/2007, o interessado deverá apresentar documento comprovando sua condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), bem como declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Termo de Referência.

9.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que a licitante foi declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei 14.133, de 2021, e art. 39, §4º da IN 73, de 2022):

9.12. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10. DO PAGAMENTO:

10.1. O pagamento será efetuado, até o 10º dia do mês subsequente ao fornecimento do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente em nome da empresa vencedora, devidamente identificada e apresentação da:

- certidão negativa de regularidade com o FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- certidão conjunta federal

10.2. Deverá a empresa quando couber, apresentar a Retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme Decreto Municipal nº183/2023.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. A Prefeitura poderá revogar tal processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

11.2. A Prefeitura deverá anular o presente Procedimento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

11.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

11.DA PUBLICAÇÃO

11.1.O presente Edital será divulgado no sistema BNC e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. O município de CAMBIRA poderá, facultativamente, efetivar a publicação do certame em seu sítio eletrônico oficial para fins de dar maior publicidade ao procedimento.

Cambira-PR, 04 de abril de 2024.

Antonio Marcelino Garcia
Agente de Contratação

EMERSON TOLEDO PIRES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO I
TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

O valor máximo para o presente processo será R\$ 23.243,33 (vinte e três mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), conforme planilha abaixo:

Item	Quantidade	Descrição	und	Valor Máx. Unit	Valor Máx. Total.
01	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA	01	R\$ 23.243,33	R\$ 23.243,33

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Tal contratação se justifica com base no Ofício 071/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento e Departamento municipal de Comunicação Social, diante da necessidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA**,

3.2. A escolha do procedimento por meio de Dispensa de Licitação justifica-se pelo valor com base no Art.75 da Lei 14.133/21.

3.3. O critério de contratação será o de menor preço, por Item.

4. DESCRITIVO DETALHADO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

Dos serviços: Os serviços referentes a contratação serão realizados conforme abaixo:

Página Principal (HOME), deverá conter:

- Logo/Brasão do Município ou Gestão, Menu com todos os links disponíveis, apresentação de imagens “banners” rotativos, banners publicitários, banners de PopUps, banners do meio, últimas notícias, enquete em destaque, sistema de busca por palavras chave, arquivos em destaque, galerias de fotos, agenda de eventos, mapa do site, redes sociais cadastradas, previsão do tempo e outros itens acima conforme o layout a ser aprovado.
- Menu principal deve conter todos os links do site, como: link para secretarias, links para downloads e todos os demais links devem ser encontrados neste menu;
- Botões com links importantes: Botões ou figuras como link para os principais recursos da página, principalmente com os serviços ao cidadão (Ex. Transparência on-line, cidadão on-line, licitações, etc ...);
- Layout exclusivo, totalmente responsivo, recorte feito em CSS e URL's amigáveis o qual deverá ser previamente aprovado pela equipe de Comunicação da Prefeitura Municipal de Cambira.
- Suporte presencial, com no mínimo 4 horas semanais, a serem cumpridos in loco, presencial, cito à Av: Canadá, 320, no Município de Cambira, para ajustes técnicos, atualizações, e demais necessidades multi-setoriais.

Das ferramentas e páginas a serem desenvolvidas / melhoradas:

- Backup total/Importação do conteúdo do site/portal anterior;
- Website dinâmico dentro dos padrões atuais de design responsivo (adaptando a qualquer tela e dispositivo) e também as validações de acessibilidade disponíveis;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- Possuir gerenciador online multi-nível, com gravação de logs e gerenciamento de perfis de acesso;
- Permitir conteúdo de texto, páginas, notícias e fotos sem limitações;
- Sistema de Integração com Redes Sociais. Possibilidade de cadastrar as redes sociais da prefeitura e de compartilhar todos os cadastros abaixo nas principais redes como Facebook, Google+ e Twitter;
- Sistema de cadastro de Conteúdos Multimídias (Galeria de Fotos, Áudios, Vídeos e Arquivos) separados por categorias;
- Galerias de fotos: O sistema deverá permitir o redimensionamento automático do tamanho das fotos e qualidade para que o site tenha o seu funcionamento sempre leve e rápido. Sistema deverá permitir que o administrador do site inclua galerias de fotos ao qual poderão ser vinculadas nos menus do site, bem como editar, excluir, desativar ou ativar uma determinada galeria de fotos de acordo com suas necessidades, bem como poderá compartilhar esta informação através de um recurso que permite a integração com as redes sociais Facebook e Twitter;
- Arquivos: O sistema deverá permitir que o administrador do site incluir arquivos para downloads ao qual poderão ser vinculados em alguns menus do site. Após o cadastro deste item o administrador poderá editar, excluir, desativar ou ativar um determinado arquivo de acordo com suas necessidades;
- Sistema de Formulários: Possibilidade de criar formulários pela área administrativa com campos ilimitados, podendo ser campos obrigatórios ou não, com máscaras e validações para uso interno ou disponível no site publicamente;
- Cadastro de Telefone úteis organizados por categoria e contendo os seguintes campos (nome, telefone, imagem e se estará ativo ou não no site);
- Cadastro de Serviços Online (nome, descrição, link, imagem e se estará ativo ou não no site);
- Cadastro de Secretarias com informações da secretaria, endereço, nome do secretário, email, horários de funcionamento e seleção de quais funcionários pertencem a secretaria. Permitindo que cada secretaria tenha o seu próprio "hot-site" com menu próprio e personalização do topo do portal;
- Cadastro de informações sobre a Cidade com sub-menus ilimitados com conteúdo variados que permite vincular conteúdo de multimídia (galeria de fotos, áudio, vídeo e arquivos para download, formulários), textos e imagens;
- Cadastro de informações sobre o(a) Prefeitos(a) a ser mostrado no site com formulário de contato direto a(o) Prefeito(a);
- Cadastro de informações sobre o(a) Prefeitos(a) a ser mostrado no site com formulário de contato direto a(o) Prefeito(a);
- Cadastro de Galeria de Prefeitos(as) – Nome do(a) Prefeito(a), data inicial e data final, foto e descrição;
- Cadastro de outros Editais com categorias. Ex: Concurso Público, Processos Seletivos, contendo os seguintes campos (seleção da categoria do edital, título, data e hora, arquivo e descrição);
- Cadastro de Notícias com categorias e agendamento de notícias;
- Cadastro de Agendas de Eventos. O Sistema devera possibilitar o cadastro através do administrador do site que deverá preencher um formulário de cadastro;
- Diário Oficial da Prefeitura com a criação de categorias e a possibilidade da inserção de um arquivo PDF já estruturado com o diário e sistema de pesquisa;
- Proteção do sistema administrativo com cadastro dos IPs permitidos acessar, não sendo possível o acesso de IPs que não estiveram cadastrados;
- Fale conosco no site que permita o envio de e-mails para os departamentos previamente cadastrados;
- O Sistema deverá permitir a Integração do site da prefeitura com o Google Analytics que irá permitir visualizar relatórios detalhados dos acessos feitos em seu portal. Para ver algumas estatísticas aqui nesta página será necessário realizar uma simples configuração acesse a sua conta no Google Analytics, selecionando o Gerenciamento de Usuários e adicione permissões para ler & Analisar para o e-mail;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- O Site deverá possuir um sistema de Busca onde os internautas poderão buscar informações por todo o Site/Portal. Para que a busca seja concluída o internauta deverá informar os seguintes dados no sistema de busca: (texto e/ou nome do que deseja buscar), após preencher os dados da pesquisa o sistema irá automaticamente mostrar todos os itens relacionados às informações digitadas pelo internauta, caso a pesquisa não localize itens relacionados à busca o sistema irá emitir um comunicado de que sua pesquisa não teve nenhum resultado encontrado e desta maneira o internauta poderá fazer uma nova busca pelo Site/Portal;
- O site deverá funcionar também em dispositivos moveis e para isso o sistema administrativo deverá possibilitar o administrador do site definir a ordem de exibição das seguintes ferramentas do site: (notícias, banner principal, banner do meio, enquete, agenda de eventos, menu de serviços, editais, galeria de fotos, galeria de vídeos, jornal do município, projetos da administração, arquivos para download, newsletter);
- As alterações decorrentes do aperfeiçoamento dos programas instalados deverão ser realizadas durante o suporte operacional presencial, bem como o desenvolvimento de novas ferramentas inclusas quando as mesmas forem exigidas por leis Federais ou Estaduais obrigando assim as Prefeituras disponibilizá-las em seus sites.
- Prestação de serviço para gerenciamento de site institucional e Suporte Operacional a ser executado presencialmente na Prefeitura de Cambira, atendendo as demandas da prefeitura e secretarias;
- Cadastramento de informações, matérias, criação de novos hotsites, criação de campanhas e design para atender a demanda interna da prefeitura e suas secretarias, atendido conforme demanda do setor de comunicação;

5. PRAZO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

O Prazo para Prestação de serviços será de 12 meses a contar a partir da assinatura de contrato

6. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, até o 10º dia do mês subsequente prestação de serviços do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente em nome da empresa vencedora, devidamente identificada e apresentação da:

- certidão negativa de regularidade com o FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- certidão conjunta federal

Deverá a empresa quando couber, apresentar a Retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme Decreto Municipal nº183/2023.

7. EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO:

Proposta e Documentos obrigatórios que deverão ser anexados no site pela empresa vencedora da etapa de lances, no prazo de 02 horas:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou Ato constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor), devidamente registrado no Órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores; ou Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.
2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
3. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;
4. Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal de débito, relativa à sede ou do domicílio do licitante, com relação aos tributos mobiliários (ISS);
5. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
6. Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas.

c) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Mínimo de 01 Atestado de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a proponente fornecido equipamento semelhante ao solicitado neste Edital. Os atestados devem conter o nome, endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o licitador possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s)..

e) DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

1. Declarações Unificadas, conforme Modelo (Anexo III).
2. Declaração de enquadramento de ME/EPP, conforme modelo do Anexo IV.
3. Declaração de cumprimento da Lei geral de proteção de dados – Lei 13.709/2015 – (Anexo VI).
4. Proposta Comercial – Modelo Anexo II.

8. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU ATA DE RP

- 8.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, nomeado conforme Portaria nº 012/2024 ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- 8.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
- 8.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;
- 8.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;
- 8.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.

d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Cambira-Pr, 04 de abril de 2024.

EMERSON TOLEDO PIRES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA
Avenida Canadá 320, – CAMBIRA - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.771.287/0001-52. - Fone (043) 3436-8000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

EMPRESA:

Razão Social:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Email Comercial:

Porte: () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte () Outros

Item	Quantidade	Descrição	und	Valor Máx. Unit	Valor Máx. Total.
01	01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA	01		

DADOS BANCÁRIOS PARA FINS DE PAGAMENTO:

Banco:

Nº da Agência:

Nº Conta Corrente

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA QUE ASSINARÁ, CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE;

Nome:

CPF:

RG:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Endereço residencial:

Profissão:

Cargo que ocupa na empresa:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), participante da Dispensa Eletrônica nº _____ / _____, Processo nº _____ / _____:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso VXII da Lei 14.133, de 2021.
- não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
- não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME)
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

_____ inscrito no CNPJ nº _____ e
Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a)
Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade
nº _____ DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para
qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que no ano calendário
ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem
a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte,
pretendendo utilizar-se do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada
pela Lei Complementar n.º 147/2014, estando ciente das penalidades previstas no subitem 12.2.1. “c” do
edital no caso de declaração falsa, independente do processo judicial cabível.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO Nº.

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 DO CONTRATANTE:

1.1.1. O MUNICIPIO DE CAMBIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Canadá, 320, centro, , inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 75.771.287/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito municipal, abaixo assinado, Sr. EMERSON TOLEDO PIRES, residente e domiciliado neste município de Cambira, CEP 86890-000, CPF nº 026921909-98, RG nº. 6.253.346-3 SSP-PR.

1.2 DO CONTRATADO:

1.2.1 –

1.3 DOS FUNDAMENTOS:

1.3.1 A presente contratação decorre do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2024, com destaque para o artigo 72 e para o inciso I do artigo 75 do respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando- lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PORTAL INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA, COM MIGRAÇÃO DOS DADOS DO ATUAL SITE E SUPORTE OPERACIONAL PRESENCIAL ATENDENDO AS DEMANDAS DAS SECRETARIA.

CLÁUSULA III – PRAZO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

3.1 DOS PRAZOS:

3.2 O Prazo para Prestação de serviços será de 12 meses a contar a partir da assinatura de contrato

3.3 DO VALOR E DO PAGAMENTO:

3.3.1. O valor do presente contrato é R\$-----(------).

3.3.2. O pagamento será efetuado, até o 10º dia do mês subsequente ao fornecimento do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, por meio de depósito em conta corrente em nome da empresa vencedora, devidamente identificada e apresentação da:

- certidão negativa de regularidade com o FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- certidão conjunta federal

Deverá a empresa quando couber, apresentar a Retenção do Imposto de Renda na Fonte, conforme Decreto Municipal nº183/2023.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que a empresa contratada possa desempenhar bem suas funções;
- b) Disponibilizar local, data e horário para a entrega dos materiais pela Contratada e atestar o seu recebimento, quando restarem atendidas todas as especificações e condições;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos materiais/serviços recebidos com as especificações constantes do Edital e da Proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta;
- e) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos produtos, solicitando a sua imediata substituição;
- f) Efetuar os pagamentos pontualmente, de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

CLÁUSULA V: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001.04.122.003.2.010.3.3.90.40.00.0 – 0100 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-PESSOA JURIDICA

CLÁUSULA VII – DA GESTÃO DO CONTRATO

Fica designado o servidor _____, nomeado pela Portaria nº012/2024, ocupante do cargo de _____, como gestora do presente contrato, para acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato, o que lhe possibilita corrigir, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo, eventuais irregularidades ou distorções existentes.

CLÁUSULA VIII – DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado o servidor _____, nomeado pela Portaria nº012/2024, ocupante do cargo _____, como Fiscal do presente contrato, para verificar se a execução do objeto do contrato está ocorrendo conforme as normas e procedimentos previstos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário para regular as faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA X – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

11.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA XII - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

12.1 - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XIII - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 – O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XIV – DO FORO:

14.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana, para dirimirem eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Cambira/PR, de de 2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal nº.002/2024

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS –
LEI 13.709/2015

1. É vedado às partes a utilização de todos e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, nacionalidade, endereço, dados bancários.
5. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequação ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Cambira, xxx de xxxxxx de 2024.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA
FÍSICA/JURÍDICA

(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)